

# Governo anuncia investimentos no HDES, novo Centro de Saúde na Ribeira Grande e inaugura novo raio-x no Nordeste

A Secretária Regional da Saúde e Desporto, Mónica Seidi, anunciou que, para além da já noticiada remodelação e ampliação do recobro cirúrgico do hospital de Ponta Delgada, o Governo Regional vai fazer um investimento superior a 3 milhões de euros em equipamentos no HDES.

Mónica Seidi aludiu ainda ao “piso fantasma” daquele hospital, referindo-se ao quinto piso do edifício, que só agora irá ser terminado e permitirá aumentar a área da consulta externa, e alocar num único espaço físico a unidade funcional dedicada à mama.

“Tal acontece só agora porque temos finalmente um Executivo que não tem receio de fazer as correções necessárias”, sustentou.

A governante lembrou ainda a recente visita, acompanhando a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, onde foi constatada a instalação de novos equipamentos, equipamentos de última geração ao dispor da população.

“Até ao momento, já investimos cerca de três milhões de euros em mais de 50 equipamentos neste hospital, muito mais que os 1,8 milhões investidos na legislatura anterior”, referiu.

E prosseguiu: “Para 2024, temos uma verba muito significativa, com o recurso ao PRR e Açores 2030. Pretendemos investir mais três milhões de euros em equipamentos, dotando os serviços de mais e melhores capacidades, desde um novo TAC de 64 cortes, a desfibriladores e monitores de sinais vitais, assim como um novo sistema de litotricia, ecoendoscopia e



broncofibroscopia, entre outros”.

Mónica Seidi aproveitou ainda a oportunidade de reconhecer e agradecer todo o trabalho diário dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, relembrando que este Governo Regional apostou “desde sempre, sem hesitar, na valorização das carreiras e nas pessoas”, desde enfermeiros, técnicos de diagnóstico, médicos e até mesmo carreiras gerais.

“Este processo continuará com a integração dos 536 profissionais de saúde com contrato Covid-19”, concretizou.

## Novo aparelho de raio-x no Nordeste

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, acompanhado pela Secretária Regional com a tutela da Saúde, Mónica Seidi, inaugurou Sexta-feira o novo aparelho de raio-x do Centro de Saúde do Nordeste.

O aparelho, que representou um investimento total de mais de 300



mil euros, por via do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é de “última gama” e “do melhor que existe” à escala internacional, realçou o governante.

Entre as características do novo aparelho está a melhoria significativa na qualidade de imagem, bem como a menor radiação do mesmo.

O governante lembrou que foi com este Executivo que a Lagoa passou a dispor formalmente de um Centro de Saúde, o que faz com que cada um dos seis municípios micalenses tenha a partir de agora o seu Centro de Saúde.

## Novo Centro de Saúde de raiz na Ribeira Grande

Por outro lado, o Presidente do Governo Regional dos Açores, confirmou a construção “de raiz” de um novo Centro de Saúde para a Ribeira Grande, em São Miguel, mais um elemento que atesta que a Saúde é uma efectiva “prioridade governativa” do actual Executivo.

“O Centro de Saúde da Ribeira Grande não estava em condições nem tinha perspectiva de dar resposta à ambição que temos de excelência dos cuidados de saúde no concelho”, realçou o governante.

José Manuel Bolieiro falava na Câmara Municipal da Ribeira Grande, onde foi apresentado, via computador, o terreno onde se irá situar a nova unidade – devido à chuva, não foi possível visitar o espaço.

O terreno, de 35 mil metros quadrados, “muitíssimo bem localizado”, na freguesia da Conceição, está nesta fase a ver ultimados os processos legais da sua aquisição pela Região.

“O investimento que projectamos para o município da Ribeira Grande será de mais de 20 milhões de euros”, precisou José Manuel Bolieiro, referindo-se ao novo Centro de Saúde da Ribeira Grande e também ao futuro novo Posto de Saúde da Maia.

“Hoje estamos aqui e neste instante porque há muito trabalho feito”, prosseguiu o Presidente do Governo, declarando terem sido “definidas prioridades” e confirmadas as “expectativas de financiamento” das obras, nomeadamente o recurso ao programa comunitário Açores 2030. E prosseguiu: “Estou muito satisfeito. Temos boas notícias para a Ribeira Grande. Para além disso, já consolidámos e configurámos do ponto de vista legal o Centro de Saúde da Lagoa”, acrescentou ainda, lembrando que actualmente São Miguel tem uma unidade análoga por cada um dos seus seis municípios.

# Acompanhantes de grávidas das ilhas sem hospital com direito a subsídio para deslocação

Os acompanhantes de grávidas das ilhas sem hospital nos Açores vão ter acesso a um subsídio durante a deslocação para outra ilha para o parto, a partir da entrada em vigor do próximo Orçamento de Estado.

O diploma que “cria o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida” foi publicado ontem em Diário da República e “produz efeitos com a entrada em vigor do Orçamento do Estado posterior à sua publicação”.

A legislação, aprovada na Assembleia da República por iniciativa do PS, altera o regime jurídico de proteção social na parentalidade e o regulamento da proteção na parentalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas, mas não introduz alterações ao Código do Trabalho.

O “subsídio por necessidade de

deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida, para realização de parto”, que já era atribuído à grávida, é agora alargado ao acompanhante, que pode ser o cônjuge, viver em união de facto ou ser parente na linha direta ou no 2.º grau da linha colateral.

Só existem hospitais em três das nove ilhas dos Açores, por isso as grávidas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Pico, Flores e Corvo têm de se deslocar aos hospitais de São Miguel, Terceira e Faial para a realização do parto.

## Montante igual à grávida

O montante diário do subsídio atribuído ao acompanhante é igual ao atribuído à grávida.

A proposta inicial para alargamento do subsídio de deslocação aos

acompanhantes das grávidas partiu dos grupos parlamentares de PSD, CDS-PP e PPM, que governam, em coligação, os Açores.

Em maio, a Assembleia Legislativa dos Açores aprovou, por unanimidade, uma anteproposta de lei apresentada pelos partidos da coligação, que previa alterações aos dois diplomas agora modificados, mas também ao Código do Trabalho.

A iniciativa foi chumbada na Assembleia da República, com os votos contra do PS, que tem maioria, mas os socialistas apresentaram uma proposta com o mesmo objetivo, que foi aprovada.

Em Julho, o deputado socialista eleito pelos Açores Francisco César justificou a posição do partido, alegando que a iniciativa do PS “procurou resolver o problema” sem alterar o Código do Trabalho.

Segundo Francisco César, a anteproposta de lei aprovada nos Açores “era uma boa proposta, mas tinha uma característica técnica que inviabilizava a sua aprovação, que era o facto de alterar o Código do Trabalho”.

“A última alteração feita ao Código do Trabalho na Assembleia da República demorou cerca de dois anos a ser efectuada e obrigava a concertação social”, afirmou, na altura.

A atitude do PS mereceu críticas de PSD, CDS-PP, PPM, Chega e Bloco de Esquerda no plenário de Julho da Assembleia Legislativa dos Açores.

“Trata-se de um ataque vergonhoso à nossa autonomia. É um acto hostil para com os nossos órgãos de governo próprio. Nunca se viu tal coisa na Assembleia da República. Uma vergonha, senhoras e senhores deputados. Uma vergonha”, acusou na altura o deputado do PSD, Paulo Silveira.